

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FRANCIELE SCHIPINSKI RODRIGUES

ABUSO SEXUAL: Como proteger nossas crianças

Florianópolis

2017

FRANCIELE SCHIPINSKI RODRIGUES

ABUSO SEXUAL: Como proteger nossas crianças

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Orientadora: Prof^a Dra.Teresa Kleba Lisboa

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Franciele Schipinski

Abuso Sexual: Como proteger nossas crianças / Franciele Schipinski Rodrigues ; orientadora, Teresa Kleba Lisboa - Florianópolis, SC, 2017.

31 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Gênero e diversidade na Escola .

Inclui referências

1.Gênero e Diversidade. 3. Abuso Sexual. I. Lisboa, Teresa Kleba. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e diversidade na Escola . III. Título.

FRANCIELE SCHIPINSKI RODRIGUES

ABUSO SEXUAL: COMO PROTEGER NOSSAS CRIANÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em vinte de fevereiro de 2017.

Coordenação do Curso:

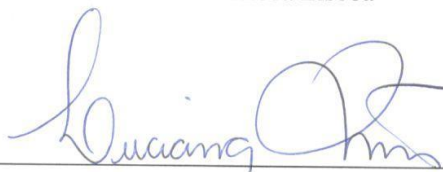


Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Teresa Kleba Lisboa



Luciana Patrícia Zucco



Catarina Nascimento de Oliveira

A Deus e a minha família por existirem em minha vida.

AGRADECIMENTOS

No decorrer deste trabalho, foram enfrentadas inúmeras dificuldades mas Deus me ajudou a ter forças para seguir até aqui, também pude contar com a ajuda de pessoas que foram de extrema importância para mim, como, meus colegas de turma que por 2 anos me apoiaram me auxiliaram nos trabalhos e vivenciaram tudo isso comigo meu primeiro agradecimento dedico a eles.

Gostaria de agradecer também ao corpo docente do GDE que sempre dispostos me ajudaram. Desse corpo docente gostaria fazer um agradecimento especial a duas pessoas, a professora Fabricia Machado Fernandes , que me ajudou muito no decorrer do curso sempre com um belo sorriso no rosto.

E a professora orientadora Teresa Kleba Lisboa pelas sabias orientações, e pela ajuda na escolha de meu tema, por me entender, e por ser paciente comigo mesmo nos piores momentos, pois escrever um trabalho de conclusão de curso no final da gestação realmente não é fácil.

Um agradecimento especial também a querida amiga, Greice Kelly Kila, que iniciou o curso comigo e foi minha companhia de viagem a Laguna inúmeras vezes, e foi muito importante pelo fato de estar sempre comigo e compartilhar o conhecimento adquirido ao longo do curso, obrigada por fazer parte de minha vida.

E mais importante quero agradecer a minha família, a meus filhos por me inspirar todos os dias, a minha vó pelos conselhos e orientações e orações, aos meus pais por sempre me apoiar em minhas decisões.

Gostaria de agradecer também a uma pessoa muito especial em minha vida, meu esposo Jhonatan Vieira, por ser sempre tão atencioso comigo. Enfim por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditava mais.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos,

sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade.

Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir sobre os diferentes aspectos acerca do abuso sexual, de que forma ele acontece como podemos proteger nossas crianças e adolescentes dessa triste realidade. Utilizamos a análise bibliográfica feita a partir de artigos sobre a temática publicados em revistas indexadas. O trabalho está dividido em dois capítulos o primeiro trata do conceito de alguns autores sobre essa temática e como as famílias lidam com o abuso sexual e o segundo discute sobre como podemos proteger nossas crianças do abuso sexual e como as redes de proteção atuam para efetivamente cuidar de cada caso. Os resultados alcançados foram a maior visibilidade para a temática analisada através da construção de estratégias para lidar com o abuso sexual bem como sua prevenção.

Palavras-chave: Abuso sexual, redes de proteção , família

ABSTRACT

This course completion work aims to reflect on the different aspects about sexual abuse, how it happens how we can protect our children and adolescents from this sad reality. We used the bibliographic analysis made from articles on the subject published in indexed journals. The paper is divided into two chapters. The first deals with the concept of some authors on this theme and how families deal with sexual abuse, and the second discusses how we can protect our children from sexual abuse and how protective networks act to effectively care Of each case. The results achieved were the greater visibility for the thematic analyzed through the construction of strategies to deal with sexual abuse as well as its prevention..

Keywords: Sexual Abuse, protective nets, family.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CREAS- Centro de Referência Especial em Assistência Social

CT- Conselho Tutelar

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

MP- Ministério Público

PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

SUS- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	CONCEPÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E COMO AS FAMÍLIAS LIDAM COM A QUESTÃO.	3
2.1	COMO AS FAMILIAS LIDAM COM A QUESTÃO.....	8
3	COMO PROTEGER NOSSAS CRIANÇAS DAS VIOLÊNCIAS SEXUAIS? O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO, E DA FAMÍLIA	15
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é fruto de minha participação no Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola oferecido pelo IEG/UFSC, cursado por mim no Polo de Laguna de março de 2015 à dezembro de 2016 e irá abordar a temática abuso sexual seus conceitos e definições.

Mas por que a minha afinidade com o tema crianças e adolescentes, mulheres, relações de gênero e abuso sexual? Minha monografia na graduação foi sobre a história das trabalhadoras da indústria do vestuário, o que me permitiu trabalhar gênero e me encantar por esse tema com isso veio a decisão de fazer a pós-graduação em gênero e diversidade na escola.

O que eu não imaginava é que eu teria uma afinidade tão grande com esse curso e com muitos dos temas trabalhados e um desses temas que me chamou atenção foi o tema Abuso Sexual, o qual decidi pesquisar um pouco mais.

A questão problema que escolhi para o meu trabalho foi a seguinte: Como podemos proteger nossas crianças do abuso sexual?

O projeto inicial era trabalhar com as notícias de abuso sexual nos jornais, porém as más condições do Arquivo Público Municipal de Criciúma associadas ao fato de muitas vezes, o Arquivo encontrar-se “fechado” em horário de atendimento ao público principalmente nos sábados quando ficava aberto, mas não para pesquisa fez com que eu optasse pela análise bibliográfica de artigos sobre abuso sexual.

Para BURK (1992) a análise bibliográfica busca identificar as conjecturas teóricas dos autores analisados, qual sua visão sobre a temática em questão e quais as considerações teóricas os autores usam para formular e apresentar suas conclusões ao decorrer de seus livros.

Busquei artigos acadêmicos que tratassem da temática abuso sexual. Minha metodologia de pesquisa se iniciou com a escolha desses artigos, não defini um espaço temporal, foi feito apenas uma análise dos conceitos de abuso sexual abordado pelos autores bem como cada rede de proteção atua na prevenção do abuso sexual e proteção das vítimas.

Os oito artigos utilizados para a análise foram: Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual, Amazarray e Koller (1998); Violência e abuso sexual na família, Araújo (2002); Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? Azambuja(2006); Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes

notificado em um Programa Sentinela, Baptista (2008) ; O perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros de conselhos tutelares: vítimas, agressores e manifestação de violência, Costa Et. Al (2007) ; Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar, Habizang Et. Al (2005); Rede de Atendimento Social: Uma Ação Possível ?, Neves (2009); Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência, Pfeiffer e Salvagni (2005).

A monografia ficou dividida em dois capítulos sendo que no primeiro contextualiza-se o abuso sexual o conceito de alguns autores sobre essa temática e como as famílias lidam com o abuso sexual, pois maioria dos casos ocorre dentro de casa.

Já no segundo capítulo é feita uma abordagem a partir da análise bibliográfica considerando os seguintes itens: o papel da família, como as redes de proteção atuam e o conceito de abuso sexual.

Está dividido em 10 seções para explicitar o trabalho de cada uma das redes de proteção.

Por último, serão apresentadas as considerações finais com propostas que apresentem soluções para o fim do abuso sexual.

Contudo não posso deixar de destacar a relevância desse estudo bibliográfico sobre abuso sexual para a mudança nas relações familiares e sociais em nossa região.

2. Concepção de violência sexual contra criança e adolescente e como as famílias lidam com a questão.

O abuso sexual é uma forma de violência que atinge principalmente as crianças e adolescentes e segundo pesquisas grande parte das vítimas são meninas, a cada dia se vê mais e mais notícias sobre casos de violência muitos inclusive que levam a morte. Mas para falar de abuso sexual se faz necessário compreender este conceito, para isso foi feita uma análise bibliográfica a cerca de alguns artigos de PFEIFFER, HABIGZANG e outros.

Iniciamos com PFEIFFER que faz uma adaptação de um texto de ABRAPIA que nos da uma definição do que é o abuso sexual contra crianças e adolescentes:

Define-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança , ou o adolescente , é usada para a satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho , (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento , atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália , mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração , sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (APUD PFEIFFER, SALVAGNI adaptado de ABRAPIA, 1997).(p.s199)

Percebe-se que o abuso sexual ocorre quando uma criança ou adolescente é usada para a satisfação sexual de outra pessoa, desse modo a autora conclui dizendo :

É possível, então , concluir que o abuso sexual faz parte de um conjunto de rupturas de relacionamentos, em uma estrutura doente familiar, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor. Esse histórico pode determinar uma permissividade ao ato, pela própria desvalorização da infância e adolescência, como também do papel da mulher, mantendo, na maioria dos casos, uma cegueira e surdez coletiva aos apelos, muitas vezes mudos, da vítima. (PFEIFFER, SALVAGNI, 2005 p.s200)

O abuso sexual acontece não só no ambiente familiar, porém o ambiente familiar tem sido um dos locais mais propícios para que ele ocorra pois é no ambiente familiar onde a criança tem mais confiança e liberdade e onde muitos abusadores se aproveitam desse laço familiar para iniciar assim os abusos e por estar em um ambiente familiar é que fica mais difícil a vítima conseguir entender o que esta acontecendo e assim denunciar.

Através do texto de HABIGZANG et al, temos um outro conceito sobre abuso sexual:

Este é definido como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por finalidade estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter estimulação sexual. Estas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Pode variar desde atos em que não existam contatos físicos, mas que envolvem o corpo (toques, assédio, voyeurismo, exibicionismo), aos diferentes tipos de atos com contato físico sem penetração (sexo oral, intercurso interfemural) ou com penetração (digital, com objetos, intercurso genital ou anal). Engloba, ainda, a situação de exploração sexual, visando ao lucro, como a prostituição e a pornografia (Azevedo & Guerra, 1989; Gomes, Junqueira, Silva & Junger, 2002; Kaplan & Sadock, 1994/1997).

Ou seja, o abuso sexual não está caracterizado apenas pelo ato sexual de penetração, mas também qualquer outro tipo de abuso como citado acima cabe ressaltar que independente do tipo de abuso a criança e o adolescente devem ser muito bem amparados, pois a vítima tende a desenvolver uma série de transtornos psicológicos devido ao grande trauma.

As crianças tornam-se mais vulneráveis frente a situações de risco, tais como abuso sexual, demonstrando suscetibilidade individual, quando não contam com uma rede de apoio social e afetivo que seja eficaz e efetiva na prevenção de doenças e de características desadaptativas. Essa vulnerabilidade potencializa os efeitos negativos de situações estressantes. Por outro lado, a criança que é capaz de superar adversidades é definida como resiliente, ou seja, capaz de buscar alternativas eficazes que a auxiliarão a enfrentar de forma satisfatória os eventos de vida negativos. (HABIGZANG et al, p. 380)

O abuso sexual deixa a vítima sensível produzindo sérias consequências, muitas vezes se tornando uma pessoa fechada e com medo de se relacionar com outras pessoas, seu rendimento escolar tende a cair e muitas vezes somente nesse momento é que se consegue diagnosticar o abuso sexual.

Segundo Heflin e Deblinger ; Saywitz Mannarino , Berliner e Cohen , APUD , Habizang et al. 2005, “O abuso sexual pode afetar o desenvolvimento de crianças e adolescentes de diferentes formas, uma vez que algumas apresentam efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, enquanto outras desenvolvem graves problemas emocionais, sociais e/ou psiquiátricos.”

A criança abusada busca meios de se livrar daquela situação e isso muitas vezes pode acabar levando ao suicídio porque vê que não tem em quem buscar ajuda pois muitas vezes tem medo e ou vergonha de contar para a mãe ou o pai muitas vezes a mãe ao receber a notícia coloca a culpa na criança , que acaba perdendo a esperança de mudar a situação e encontra abrigo na morte.

HABIGZANG, et al; em outro artigo faz algumas reflexões a cerca do abuso sexual:

Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como voyerismo, assédio e exibicionismo. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. (HABIGZANG, 2005, p.341 APUD Azevedo & Guerra, 1989; Thomas, Eckenrode & Garbarino, 1997).

Já Watson (1994), apud Amazarray e Koller (1998), define o abuso sexual como qualquer atividade ou interação onde a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade da criança. Ou seja, a criança com sua inocência na maioria das vezes não sabe o que está acontecendo e relaciona o abuso com o carinho familiar, pois grande parte dos abusos ocorre em ambiente familiar por pessoas que a criança conhece e confia.

Segundo Funiss (1993), o abuso sexual da criança é tanto uma questão normativa e política quanto clínica, apresentando importantes aspectos sociológicos e antropológicos. Esse autor salienta que, sendo esse um tema sexista é um campo minado para fortes opiniões. É muito interessante a afirmação do autor de que, para os profissionais, os quais precisam lidar com as consequências, o abuso sexual da criança é um campo repleto de complexidade e confusão, tanto pessoal como profissionalmente, assim como uma ameaça aos papéis profissionais tradicionais. (Funiss (1993), apud Amazarray e Koller 1998)

É muito difícil lidar com os casos de abuso sexual mesmo que tenham muitos profissionais qualificados ainda há muita deficiência em relação a esses órgãos de proteção principalmente quanto à área de atuação, pois em algumas cidades o Conselho Tutelar é que faz todo o trabalho juntamente com o MP.

Na sociedade em que vivemos os casos de abuso sexual são cada vez mais frequentes mesmo que muitos ainda estejam escondidos seja por negligência por parte dos pais ou por medo das vítimas independente do que ocorre quanto mais rápido acontece a denúncia mais fácil e menos doloroso é o tratamento.

As agressões sexuais contra crianças sempre existiram na maioria das civilizações. Entretanto, antes da década de 1950, a sexualidade geralmente era considerada um tabu e havia pouca pesquisa a respeito desse tema (Blachard, 1996). Atualmente, todavia a situação de abuso sexual na infância tem recebido crescente atenção tanto dos meios de comunicação como do meio acadêmico (Kristensen, 1996). Alguns autores (Flores e Caminha, 1994; Finkelhor, 1994) sugerem, inclusive, que a real frequência de abusos, tenha permanecido regularmente constante, o que parece estar aumentando é a atenção que é dada atualmente ao problema. (Amazarray e Koller 1998)

Como se pode perceber o abuso sexual e a violência contra crianças e adolescentes estiveram presentes desde sempre. A diferença é que com mais órgãos de proteção mais leis de proteção e programas de conscientização esse assunto acabou ganhando mais visibilidade não que antes aconteciam menos casos de violência e abuso sexual contra a criança e o adolescente, mas hoje em dia tudo vira notícia. A TV , o radio e a internet principalmente fazem com que esses casos apareçam e que todos fiquem sabendo. Hoje é muito mais difícil “abafar o caso” e era exatamente isso que acontecia antigamente.

Além disso, para muitas culturas esse tipo de violência era considerado normal como na idade média que os senhores feudais obrigatoriamente tinham relações sexuais com a serva antes que ela se casasse com seu pretendente, e isso era tido como tradição devido a sua superioridade por ser um senhor feudal e ela apenas uma serva. Isso por si só já nos mostra que o abuso sexual existe a muito tempo e em muitas culturas , não é porque não se ouviu falar que não aconteceu.

O que se sabe é que toda essa informação tem trazido medo para a sociedade que acaba relacionando totalmente a violência urbana com os casos de abuso sexual.

A preocupação com os dramáticos índices de crescimento da violência e suas diferentes formas de manifestação coloca-se hoje como uma questão crucial para a sociedade brasileira. Inúmeras causas são apontadas como fatores que propiciam o aumento da violência, entre elas as imensas desigualdades econômicas, sociais e culturais, a disseminação das drogas, o desemprego, ou mesmo os efeitos perversos da chamada cultura de massa. Embora esses fatores contribuam para o aumento da violência, por si sós não explicam o fenômeno.(Araújo,2002 p.3)

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005) esses números extremamente cruéis, são indicativos que a violência sexual é que tem sido mais denunciada e acompanhada por essa Secretaria não se podendo considerá-los, no entanto, como um índice de prevalência dentro da proporção de todos os tipos de maus tratos a que podem ser submetidos crianças e adolescentes.

E é devido aos programas de conscientização que esses números estão aparecendo cada vez mais, mas ainda a um longo caminho a se seguir para que cada vez mais denúncias apareçam .

A expressão “abuso sexual” está presente nos livros de medicina legal e no Estatuto da criança e do adolescente no artigo 130 , mas não faz parte das definições de crimes de natureza sexual do código penal Brasileiro. Neste, os crimes de natureza sexual são qualificados como: estupro, atentado violento ao pudor, sedução, posse

sexual mediante fraude, atentado ao pudor, assédio sexual, corrupção de menores, raptos violentos ou mediante fraude, tendo sido retirado do Código penal Brasileiro, neste ano, o artigo sobre raptos consensuais. (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005, P.S202)

É importante que as leis venham se adequar aos estatutos e também a realidade que vivemos já que o abuso sexual é algo que acontece diariamente em nosso país já deveria estar previsto na lei.

Segundo Pfeiffer e Salvagni (2005), “O estupro é definido, pelo Código penal Brasileiro, pela penetração vaginal com o uso da violência ou grave ameaça, sendo que, em menores de 14 anos violência é presumida”.

É através dessa definição que podemos perceber a diferença entre estupro e abuso sexual, pois só é considerado estupro se houver penetração vaginal. Já o abuso sexual é definido de outra maneira:

No abuso sexual da criança e do adolescente, o ato libidinoso é o mais frequente. Inicialmente, através de manobras de sedução e intimidação seguidas de ameaças à própria criança ou a algum membro de sua família, comumente a mãe, o agressor obriga essa criança a praticar atos sexuais que não incluam a penetração vaginal para não caracterizar estupro, mas sim uma série das mais variadas formas de contato sexual, constantemente incluindo sexo oral e penetração anal. (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005, P.S202)

Dessa forma fica mais difícil identificar as crianças e adolescentes abusados, pois muitas vezes não se consegue provar legalmente o abuso e por isso às vítimas acabam voltando para as casas desamparadas e continuam sofrendo nas mãos do abusador que na maioria das vezes vai se vingar por ela o ter denunciado.

O abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve poder, coação e/ou sedução. É uma violência que envolve duas desigualdades básicas: de gênero e geração. O abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas. (ARAÚJO.,2002,p.3)

E assim muitas vezes essa situação se perpetua por anos sem que ninguém tome providências fazendo com que a vítima sofra ainda mais, e isso causa consequências muitas vezes irreparáveis.

É preciso que se tenha sempre presente que todas as formas de abuso sexual podem levar à desestruturação evolutiva da criança ou adolescente e que o diagnóstico de que não houve penetração vaginal (caracterizando o estupro) não deve ser minimizado, ou dado a ele uma conotação mais branda do que a realidade. Tanto o abuso sexual com penetração vaginal ou anal, com ou sem penetração, ou através de

outros meios de agressões ligadas à esfera sexual, são formas doentias e perversas de violência à criança e ao adolescente, que deixam marcas definitivas no seu desenvolvimento físico e emocional. (PFEIFFER E SALVAGNI, 2005, P.S202).

Para Guerra (1998) APUD Azambuja (2006) A violência sexual, ou exploração sexual, “configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”. Ou seja, independente do nome dado, o abuso sexual é sim uma violência contra a criança e o adolescente e o agressor deve ser punido de forma exemplar, pois sua violência afetou de forma gigantesca a vida da vítima que por sua vez tende a desenvolver problemas psicológicos sérios que podem levar a vítima a se tornar o próximo agressor.

Porém a violência contra a criança e o adolescente é um problema mais complicado do que se parece, pois muitas vezes ela começa dentro de casa onde a criança procura encontrar carinho e proteção e é através disso que o abusador consegue se aproximar da vítima e através da pressão psicológica faz com que a vítima realize todos os seus desejos.

2.1. Como as famílias lidam com a questão

Infelizmente o lugar onde mais ocorrem situações de abuso sexual é dentro do ambiente familiar, e dentro desse ambiente apresentam-se cinco tipos de relações incestuosas:

O abuso sexual pode ser dividido em familiar e não-familiar. Autores apontam que “aproximadamente 80% são praticados por membros da família ou por pessoa conhecida ou confiável” sendo que cinco tipos de relações incestuosas são conhecidos: pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho, mãe-filha, sendo possível que o mais comum seja irmão-irmã; o mais relatado é entre pai-filha (75% dos casos), sendo que o tipo mãe-filho é considerado o mais patológico, frequentemente relacionado com psicose (Zavaschi et al., 1991, p. 131 APUD Araujo., 2006, p.5).

Conforme estudos realizados por pesquisadores que trabalham na área da criança e adolescente, a maioria dos abusadores são os próprios pais depois os padrastos.

O incesto pode ocorrer em até 10% das famílias, sendo praticado, principalmente pelo pai, padrasto, tio, avó, ou alguma pessoa íntima da família. Ou seja: por alguém que a vítima conhece, confia e ama. O abusador geralmente age usando de sedução e ameaças, buscando a parceria da vítima. Ele pode ser um pedófilo assumido ou não. O adulto utiliza-se do poder que tem sobre a criança, usando-a como meio para satisfazer seus desejos, infligindo sua autonomia. A violência pode ocorrer uma única vez, ou pode durar anos, só chegando ao fim quando a criança, na fase

adulta, liberta-se daquela relação considerada patológica.(BAPTISTA Et al.,2008,p.603)

A vítima por não saber o que fazer, por medo ou por não ter com quem contar, pois uma das pessoas em que mais confiava acabou por abusá-la, e pode confundir o abuso com um gesto de carinho principalmente por não entender o que esta acontecendo por achar que é normal acaba sem saber deixando com que o agressor a abuse por muito tempo sem ser descoberto ao mesmo tempo quando descobre o que aconteceu não sabe o que fazer, pois também não quer fazer mal ao seu agressor por ser uma pessoa tão próxima e acaba se sentindo culpada. Sim porque quando o abuso sexual ocorre no ambiente familiar vem de uma pessoa em que a criança ou adolescente confia e se tratando de crianças pequenas é ainda pior.

Instaura-se assim uma confusão entre papéis e funções, principalmente no caso do abuso sexual, quando tais atos são acompanhados de cenas de sedução e carinho que marcaram a violência e o abuso. Tais comportamentos deixam a criança confusa e, dependendo do tipo de relação que mantém com o agressor, ela oscila entre calar ou denunciar tais atos praticados por alguém que, por obrigação, deveria lhe dispensar cuidado e proteção. (ARAUJO., 2002, p.7)

Porém a mãe tem um papel muito importante pois é ela que na maioria dos casos omite o que esta acontecendo fazendo com que a situação se prolongue por mais tempo além disso, a maioria das famílias não esta preparada para lidar com essa situação o que torna o problema ainda maior.

“O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família.” (Araújo., 2002, p.7)

O que ocorre muitas vezes é que os casos de abuso sexual demoram a ser denunciados porque a vítima tem medo de denunciar o agressor por estar sob ameaça.

[...] Garante o silêncio da vítima muitas vezes com promessas, cumplicidade ou mesmo ameaça, e, frequentemente, se beneficia da convivência ou cegueira da mãe e dos outros membros da família.A criança vive uma situação traumática e conflituosa, permeada por diferentes sentimentos onde se misturam medo, raiva, prazer, culpa e desamparo. Tem raiva da mãe por não protegê-la e tem medo de contar, com receio de que não acreditem nela ou a considerem culpada. (Araújo., 2002,p.7)

E na tentativa de se livrar da situação contam para as mães que deixam de denunciar às vezes por que nutre um grande sentimento pelo agressor outras vezes porque não tem como se sustentar, por vergonha, porque não quer que a família se acabe e muitos outros motivos.

Não encontrando o apoio na mãe a criança acaba ficando perdida sem saber o que fazer para acabar com aquela situação.

Negar, desmentir a filha ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto da violência, da desilusão e da frustração diante da ameaça de desmoronamento da unidade familiar e conjugal. Pode acontecer também estar a negação da mãe relacionada com uma cumplicidade silenciosa, muito frequente em casais com conflitos sexuais, onde a criança ocupa um lugar (função sexual) que não é dela, amenizando assim o conflito conjugal. Em qualquer das situações, o desmentido materno, afirmação de que nada aconteceu, é o pior que pode acontecer a uma criança que denuncia o abuso sexual. (Araújo., 2002,p.7)

E isso acaba sendo muito ruim para a criança, pois por ser desacreditada ela acaba por não denunciar para mais ninguém.

Cada família tem um pensamento e uma cultura diferente infelizmente em algumas famílias é considerado normal o abuso sexual e toda família se ajuda para um acobertar o outro inclusive as mães acabam sendo coniventes com a situação. E isso acontece muitas vezes por que há uma herança cultural em que as mulheres devem ser submissas e assim ficam com medo de denunciar o que estão vendo, ou ouvindo.

No entanto em muitas famílias podemos observar a reprodução de uma cultura familiar onde a violência e o abuso sexual acontecem e se mantêm protegidos pela lei do silêncio. Esse segredo familiar pode percorrer varias gerações sem ser denunciado. Há um mito em torno dele, não fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo- harmonia familiar. Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social. É por isso que é tão difícil a denúncia e a sua confirmação. A criança adolescente vítima reluta em denunciar o agressor (pai, padrasto ou irmão, pois corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida, ou até afastada de casa sob acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar. (ARAUJO., 2002, p.8)

Além disso, alguns fatores externos também contribuem para que esse segredo seja mantido, esses costumam serem os mais comuns:

Entre os fatores externos, podemos citar a inexistência de evidências medicas o que leva a família a não ter como comprovar o fato; ameaças contra a criança vítima e suborno; falta de credibilidade na palavra da criança leva-a, muitas vezes, a não revelar o abuso com medo de ser castigada pela “mentira” ; temor pelas consequências da revelação, com a concretização das ameaças que recebeu .Entre os fatores psicológicos, destacam – se: a culpa, no sentido legal, é do abusador, mas, no sentido psicológico, é também da criança; a negação, no sentido psicológico, é diferente da mentira; no mecanismo de defesa conhecido como dissociação, a vítima separa o abuso sexual (fato real) dos sentimentos que o ato lhe provoca(AZAMBUJA.,2006,p.13 apud Dobke, 2001,p.34-35)

Muitos agressores fazem com que as crianças se sintam culpadas através de pressão psicológica e assim a criança acaba não fazendo a denúncia, muitas vezes até a própria mãe coloca a culpa na criança dizendo que o abuso só aconteceu por que ela seduziu o agressor.

Também pode acontecer o abuso sexual entre irmãos fato que também pode desestruturar uma família.

Um aspecto importante que deve ser levado em conta no abuso entre irmãos: a diferença de idade. Quando o irmão abusador é significativamente mais velho que a vítima, supõe-se que o primeiro esteja numa posição de autoridade parental, enquanto que o segundo encontra-se numa situação de imaturidade e dependência. Em contraste, na relação sexual entre irmãos com idades próximas pode ser inadequado utilizar as denominações de abusador e vítima, visto que não há uma relação de dependência estrutural entre eles. O que ocorre é uma confusão de relacionamento emocional e de relacionamento sexual, na qual a excitação sexual é substituída do carinho. (Amazzaray e Koller., 1998, p.7 apud Furniss,1993)

Normalmente as famílias onde o abuso sexual acontece apresentam características bem peculiares, que podemos citar como fatores de risco para que o abuso aconteça.

Alguns fatores de risco vem sendo constantemente verificados em famílias incestuosas. Estes são: pai e/ ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; abuso de álcool e outras drogas; papéis sexuais rígidos; falta de comunicação entre os membros da família; autoritarismo estresse; desemprego; indiferença; mãe passiva e/ ou ausente; dificuldades conjugais; famílias reestruturadas (presença de padrasto ou madrasta); isolamento social; pais que sofrem de transtornos psiquiátricos: doença, morte ou separação do cônjuge; mudanças de comportamento da criança, incluindo conduta hipersexualizada, fugas do lar, diminuição do rendimento escolar, uso de drogas e conduta delinquente (Habizang Et al., 2005, p. 342 Apud Koller & De antoni, 2004; Thomas & cols.,1997)

Já existe uma predisposição para que o abuso aconteça nessas famílias que conforme citado acima já apresentam algum problema familiar, porém não se pode deixar de levar em consideração de que independente dos problemas que já existem nada justifica o abuso sexual, pois este traz graves consequências à vida da vítima.

Além disso, alguns abusadores sofrem da síndrome da adição onde ele tenta parar de abusar a criança, mas não consegue, pois tem compulsão por ela.

“O abuso sexual da criança, como síndrome da adição, “se desenvolve pela compulsão à repetição; os sentimentos de culpa e conhecimento de estar prejudicando a criança podem levar a uma tentativa de parar o abuso, mas em razão da compulsão à repetição, o abusador não consegue seu intento.” (Araújo., 2006 p.14 apud Dobke,2001,p.36) .

O mais grave é que na maioria das vezes isso ocorre dentro de casa dando menos chances de a criança conseguir se livrar de tal situação.

Os resultados têm apontado que a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorre dentro das casas da vítima e configuram –se como abusos sexuais incestuosos, sendo que o pai biológico e o padrasto aparecem como principais perpetradores. Ocorre, também uma maior prevalência em meninas, principalmente entre os abusos incestuosos. A idade de início é bastante precoce, sendo que a maioria se concentra entre os 5 e os 8 anos de idade, A mãe é a pessoa mais procurada na solicitação de ajuda e a maioria dos casos é revelada pelo menos um ano depois do início do abuso sexual.(Habigzang, Et al., 2005, p. 342 Apud Braun,2002; Cohen, 1997; Caminha, Habigzang & Bellé,2003;De Lorenzi, Pontalti & Flech,2001; Kristensen, Oliveira & Flores,1999)

A maioria dos autores enfatizam que quando se trata de abuso sexual no ambiente familiar o grande responsável é quase sempre o pai ou padrasto e que a maioria das vítimas é menina.

“As pesquisas apontam que , quando se trata de abuso sexual ocorrido no espaço domestico e familiar, há uma maior predominância do homem como agressor e da mulher como vítima.” (Araújo., 2002 p.6 Apud Azevedo & Guerra, 1988; Cohen, 1993; Saffioti,1997)

Segundo Araújo (2002) Não é que o incesto não ocorra com meninos, ele também ocorre. Porém com as meninas o número é bem maior, e também com os meninos é mais comum que o abuso aconteça fora do ambiente familiar, e na grande maioria das vezes é perpetrado por adultos que não são parentes da vítima.

Em todos os tempos, o domínio do mais forte sob o mais fraco foi exercido sob as diversas formas de poder, nas diferentes esferas da sociedade, desde as políticas estatais, às sociais e familiares. A essa relação, de poder, de busca dos excessos do diferente e até mesmo do anormal, soma-se a pouca importância dada as crianças e aos adolescentes e às consequências dos maus-tratos dos adultos sobre eles. (Pfeiffer e Salvagni ;2005 p. S198)

Os abusadores se aproveitam do poder que exercem sob as vítimas seja o poder de persuasão ou mesmo o poder pelo uso da força física, pois que o que ocorre muito é que quando os abusadores vão vitimar crianças usam de seu poder de persuasão fazendo com que as crianças acreditem que o que esta acontecendo é apenas um ato de carinho. Muitas vezes também as compram com balas e presentes e a criança sem entender acha que aquilo é normal pois vem de uma pessoa em que a vítima conhece e confia.

Já com os adolescentes tende a acontecer diferente, pois a grande maioria já sabe do que se trata e tentar fugir do abusador. Porém esse exerce seu “poder” por meio da força física abusa da vítima e depois acha um meio de silenciá-la, na tentativa de silenciar a vítima o agressor parte para a chantagem (dizendo que todos vão culpa-la), ameaças (inclusive de

morte para a vítima e sua família) em alguns casos com medo de ser denunciado e já não sabendo mais o que fazer acaba cometendo um crime ainda maior e matando a vítima para que seu crime seja silenciado para sempre.

O abuso sexual intrafamiliar é desencadeado e mantido por uma dinâmica complexa. Tal dinâmica envolve dois aspectos que se apresentam interligados : “ a Síndrome de Segredo” , que está diretamente relacionada com a psicopatologia do agressor (pedofilia) que , por gerar intenso repúdio social, tende a se proteger em uma teia de segredo, mantido às custas de ameaças e barganhas à criança abusada; e a “ Síndrome de Adição” caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrolo de impulso frente ao estímulo gerado pela criança para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência. (Habigzang Et al; 2005, p.342 Apud Furniss, 1993)

Infelizmente o abuso sexual quando acontece afeta gravemente as vítimas deixando profundas sequelas, vejamos algumas visões sobre o fato:

Para Amazarray e Koller “ As consequências do abuso sexual para a criança podem ser divididas em físicas, emocionais, sexuais e sociais (comportamento interpessoal). Além disso, a literatura refere-se a comportamentos indicadores de vítimação sexual, úteis para o diagnóstico, que são os próprios efeitos do abuso sexual.” (1998; p. 10)

A literatura aponta que crianças ou adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno de personalidade *bordeline*. Entretanto, a psicopatologia decorrente do abuso sexual mais citada é o transtorno do estresse pós-traumático (Habigzang Et al ; 2005 p. 342 Apud Cohen, Mannarino & Rogal, 2001; Duarte & Arboleda, 2004; Habigzang e Caminha 2004; Heflin & Deblinger, 1996/1999)

O que ocorre é que a vítima do abuso sexual pode apresentar diferentes transtornos e esses transtornos podem ajudar a diagnosticar o abuso as consequências na vida da vítima podem variar de acordo com o tempo e o nível do abuso.

Outra consequência devastadora do abuso sexual é que muitas das vítimas, abusadas sexualmente se tornam abusadoras.

A possibilidade de transitar da passividade da experiência para atividade e aplicar ao mundo externo a agressão que lhe foi conferida permite que a criança “se desforre por procuração”. Assim, estabelece-se um processo defensivo, o qual tende a se perpetuar: a identificação com o agressor com uma maneira psíquica de sobreviver ao abuso. A vítima ao se igualar com seu agressor e se converter em molestadora, torna o abuso sexual um legado passado à próxima vítima. (Pfeiffer e Salvagni , 2005, p. s198)

Essa vítima do abuso se tornara o abusador ou abusadora que provavelmente ira molestar seus filhos e / ou enteados da mesma maneira que foi abusada e se não houver denúncia isso pode se transformar num ciclo sem fim.

O abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso, tais consequências estão diretamente relacionadas a fatores como: idade da criança e duração do abuso; condições em que ocorre, envolvendo violência ou ameaças; grau de relacionamento com o abusador; e ausência de figuras parentais protetoras. (Araújo; 2002, p.6)

Além disso, podemos ver outras consequências do abuso sexual, como as crianças que devido ao abuso acabam ficando hipersexualizadas, ou seja, que apresentam um comportamento sexual desenvolvido demais para a sua idade.

Este resultado pode ser compreendido pelo comportamento hipersexualizado que muitas vítimas apresentam em decorrência do abuso sexual. Esta alteração do comportamento coloca crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade potencializando revitimização. Por esse razão qualquer programa de tratamento as vítimas de violência sexual deve trabalhar terapeuticamente medidas de proteção para reduzir o risco de novas situações abusivas (Habizang et al; 2005 p.346 Apud Deblinger & Heflin, 1995; Habizang & Caminha, 2004).

Alguns sintomas são bastante comuns nas vítimas de abuso sexual, como podemos ver a seguir:

Kendall- Tackett, Williams, e Finkelhor (1993) analisaram os estudos recentes sobre efeitos do abuso sexual e dividiram as consequências de acordo com as idades pré-escolar (0 a 6 anos), escolar (7 a 12 anos) e adolescência (13 a 18 anos). Os sintomas mais comuns em pré escolares são : ansiedade, pesadelos, transtorno de stress pós-traumático e comportamento sexual inapropriado. Para as crianças em idade escolar, os sintomas mais comuns incluem: medo, distúrbios neuróticos, agressão pesadelos, problemas escolares, hiperatividade e comportamento regressivo. Na adolescência, os sintomas, comuns são: depressão, isolamento, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilegais, fugas, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado. Sintomas comuns às três fases de desenvolvimento são: pesadelos, depressão, retraimento, distúrbios neuróticos, agressão e comportamento regressivo. Isso leva a pensar em efeitos a longo prazo causados pela experiência de abuso sexual na infância.(Amazarray e Koller , 1998 p.10)

Como podemos constatar na citação acima, são vários os efeitos do abuso sexual sobre as crianças e adolescentes, dependendo da situação, os fatores podem ter consequências bem sérias e até fatais como a morte. Essa é uma questão muito preocupante que demanda proteção, tanto do Estado como de Instituições Públicas, como veremos na sessão seguinte.

3. Como proteger nossas crianças das violências sexuais? O papel dos órgãos de proteção e da família.

O Estado tem um papel muito importante para a proteção das crianças e adolescentes. Cabe às diversas instâncias públicas e estatais zelarem pelo bem destes sujeitos, criando Leis específicas para que o direito a uma vida livre de violência seja garantido.

Constata-se que nossas crianças e adolescentes continuam sendo vítimas de violência, como podemos constatar com os dados da ONU:

“O abuso sexual infantil é considerado, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um dos maiores problemas de saúde pública. Estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7-36 % das meninas e 3-29% dos meninos sofreram abuso sexual.” (Pfeiffer e Salvagni, 2005,p.s198 Apud Word Health Organization. Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.2003:8)

Se o abuso sexual é um dos maiores problemas de saúde pública cabe aos órgãos públicos assegurarem os direitos das crianças e adolescentes criando uma Rede de Proteção que já vem sendo protagonizada pelo ECA:

A rede de apoio social é definida como o conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento existentes e percebidos pela criança. A esse construto foi, recentemente agregado o elemento afetivo, em função da importância do afeto para a construção e manutenção do apoio. Dessa forma, a possibilidade de se desenvolver adaptativamente e de dispor de recursos que incrementem os determinantes mencionados, protege a criança de doenças, sintomas psicopatológicos e sentimentos de desamparo, mesmo quando ela está frente a situações adversas. (Habigzang Et al.,2006 ,p.380)

Segundo Habigzang (2006) A rede de proteção e apoio social às vítimas de violência sexual e suas famílias é composta por várias instituições.

Os órgãos de proteção à criança e ao adolescente, tais como os Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência, e demais instituições como escolas, postos de saúde, hospitais, abrigos, entre outras compõem a rede de apoio social para as vítimas e suas famílias. (Habigzang Et al., 2006, 381)

O Conselho Tutelar figura como uma das mais procuradas para denúncia e acompanhamento dos casos isso revela a importância que esta instituição ocupa na rede e na sociedade, apesar das dificuldades.

Com base nos artigos analisados pode-se perceber que na maioria dos casos a denúncia começa através do CT, que conforme veremos vem sendo um dos principais aliados dessas vítimas.

O Conselho Tutelar (CT) é um órgão público municipal, de caráter autônomo e permanente, cuja principal função é fiscalizar e fazer cumprir os direitos previstos no estatuto da criança e do adolescente (ECA), realizando atendimento e encaminhamentos dos casos de violência denunciadas. Os conselheiros (cidadãos profissionais da comunidade) exercem mandato de três anos e são responsáveis pelos comunicados dos casos suspeitos ou confirmados de violências, determinando as medidas de proteção necessárias, solicitando serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, encaminhando as vítimas e famílias ao Ministério Público. (Costa Et al., 2007, p.1136)

É função de o Conselho Tutelar fiscalizar e atender as denúncias de maus tratos contra crianças e adolescentes e fazer os encaminhamentos necessários para que essas vítimas sejam bem atendidas e tratadas fazendo com que o abuso sexual e qualquer outro tipo de violência acabe o mais rápido possível.

Segundo Habigzang Et al (2006), é fundamental que o CT receba atenção e que os conselheiros tutelares sejam constantemente capacitados para bem aplicar as medidas de proteção que estão previstas no ECA, em casos de violência sexual.

Segundo Costa Et al (2007) no Brasil a violência tem mobilizado varias áreas do conhecimento buscando parcerias para encontrar diferentes estratégias para a prevenção e enfrentamento da violência para manter princípios que são legalmente assegurados pelo ECA.

O ECA é o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se criam praticas para a proteção da criança e adolescente, vejamos:

Cabe destacar o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- lei 8.069,1990), cujo principal desafio é a legalização e reorganização das práticas de atendimento e proteção à infância e adolescência, nos aspectos jurídicos, atenção biopsicossocial, direitos fundamentais, tornando obrigatória a denúncia de quaisquer formas de arbitrariedade e violência, consideradas violação dos direitos fundamentais (Costa ET AL, P.1130 APUD, Bezerra 2004, P.17-22)

Segundo o Eca ainda podemos salientar:

[...] O Estatuto da criança e do Adolescente, em seu Art.5º- que proíbe qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência crueldade, e opressão, punindo-se, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão dos seus direitos fundamentais também ferir o Art.17 – que assegura a inviolabilidade da sanidade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (Baptista Et. Al., 2008,p. 606 Apud Brasil, lei nº8.069)

Ou seja, através das leis criadas pelo ECA as crianças e adolescentes tem mais proteção na verdade é esse código de leis que protege as crianças e adolescentes nos casos de violência, abuso sexual e abandono.

A Portaria nº 528, de 1º de abril de 2013, emitida pelo Ministério de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem, “*Define regras para habilitação e funcionamento dos Serviços de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*”.

O Parágrafo único do Artigo 5º desta Portaria prevê:

“Compete aos estabelecimentos de saúde que compõem o Serviço de Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei realizar em favor das mulheres, adolescentes e crianças para fins de interrupção de gravidez nos casos previstos em lei: I - atendimento clínico, ginecológico, cirúrgico e psicossocial, contando com serviço de apoio laboratorial; II - apoio diagnóstico e de farmácia hospitalar; III - coleta e guarda de material genético; e IV - notificação compulsória institucionalizada.

O artigo 6º da referida Portaria, também deixa claro que

“Os Serviços de Atenção Integral à Saúde de Crianças e Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Situação de Violência Sexual são compostos por estabelecimentos de saúde que oferecem condições técnicas, ambiência e equipe multidisciplinar adequadas para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, tais como unidades de atenção básica em saúde, serviços de urgências e emergências gerais, UPA 24h, ambulatórios de especialidades clínicas, hospitais gerais e pediátricos”.

No mesmo artigo 6º, Parágrafo único, estão explicitadas as competências dos estabelecimentos de saúde que compõem os Serviços de Atenção Integral à Saúde de Crianças e Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Situação de Violência Sexual, quais sejam:

I - acolhimento; II - atendimento; III - notificação compulsória institucionalizada; IV - dispensação e administração de medicamentos para profilaxias indicadas conforme as normas, regras e diretrizes técnicas do Ministério da Saúde; V - referência laboratorial para exames necessários; VI - referência para coleta de vestígios de violência sexual; e VII - referenciamento na rede do SUS para acompanhamento psicossocial e interface com estabelecimentos de referência definidos na região de saúde.

Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais profissionais que atuam na área da saúde possuem um papel primordial, quanto à prevenção, diagnóstico e tratamento, das crianças e adolescentes abusadas sexualmente.

É esperado que todo pediatra, dentro de seu papel e dever profissional, seja capaz de atuar para a prevenção do abuso sexual, de diagnosticar o risco e levantar a suspeita precocemente, quando a situação de violência já esta instalada, chegando ao diagnóstico e à denúncia em tempo hábil, para que possa garantir a integridade física e emocional da criança ou adolescente sob seus cuidados. Dessa forma, a partir do atendimento de rotina, emergencial ou de acompanhamento ele poderá desencadear todos os meios de proteção legal e social existentes, que devem garantir, ao mínimo, o tratamento daquela criança ou adolescente, sua proteção, apoio e assistência familiar, bem como o afastamento do agressor. (Pfeiffer e Salvagni., 2005, p.s203-204)

Os pediatras que já conhecem a criança e fazem seus exames de rotina tem que estar preparados para identificar se um paciente estiver com algum sintoma ou indicio de que sofreu um abuso sexual.

Em todos os casos de abuso sexual, é imprescindível que o médico, em especial o pediatra, esteja capacitado para o manejo clínico e psicológico das vítimas, incluindo o conhecimento da legislação especifica. Isso exige que tenha sensibilidade, disponibilidade e experiência. A negligência nesses casos pode ser interpretada pelo paciente como novo processo de “vitimização”, também pelo serviço de saúde. (Pfeiffer e Salvagni.,2005, p. s202)

Um laudo errado de um médico ou enfermeiro no exame pericial pode ocultar um crime e fazer com que a vítima permaneça sendo abusada e ainda com mais violência por ter denunciado.

A falta ou inconclusão do ato pericial legal faz com que em muitos casos, não se consiga a culpa do abusador e, com isso, a proteção da vítima, a qual permanece muitas vezes sob o mesmo teto e com a mesma dependência, com a violência então potencializada pela falta de punibilidade após o ato criminoso ser delatado. (Pfeiffer e Salvagni., 2005, p.s203)

Esse tipo de problema não pode acontecer, pois a vítima de abuso sofre vários traumas sendo eles físicos e / ou psicológicos.

É preciso que se tenha sempre presente que todas as formas de abuso sexual podem levar a desestruturação evolutiva da criança ou adolescente e que o diagnostico de que não houve penetração vaginal (caracterizando o estupro) não deve ser minimizado, ou dado a ele uma conotação mais branda do que a realidade. Tanto o abuso sexual com penetração vaginal ou anal, com ou sem penetração ou através de outros meios de agressões ligadas à esfera sexual, são formas doentias e perversas de violência à criança e ao adolescente, que deixam marcas definitivas no seu desenvolvimento físico e emocional. (Pfeiffer e Salvagni., 2005, p.s203)

Independente se houve ou não penetração o sinais de abuso sexual devem ser considerados, pois as crianças e adolescentes abusados dependem dos laudos corretos dos médicos e enfermeiros para que seja comprovado o abuso sexual.

Os médicos e enfermeiros tem que estar preparados para saber diagnosticar e identificar famílias que tem risco potencial para comportamentos abusivos podendo assim atuar na prevenção e proteção das vítimas.

Cabe ainda ao enfermeiro, identificar famílias com risco potencial para comportamentos abusivos, a existência de crises situacionais decorrentes de algum tipo de violência e propor soluções alternativas, por meio de orientação e encaminhamento para tratamento especializado. Também lhe compete realizar visitas domiciliares para prover cuidados específicos e educação em saúde aos grupos vulneráveis. Além disso, o enfermeiro deve atuar na prevenção terciária para tratamento, reabilitação e a prevenção da recorrência de violência. .(Baptista et al., 2008,p.607 apud Algeri e Souza ,2006p.31)

Com isso os hospitais e clinicas medicas estarão qualificadas para atender as vítimas de abuso sexual podendo assim lhes dar um diagnostico correto.

É em casa que o caráter da pessoa começa a ser formado mas é na escola que ele se modela, a escola tem com o objetivo forjar o caráter das crianças para que elas cresçam de acordo com as regras impostas pela sociedade , o papel da escola é formar cidadãos de bem , que agem conforme o que manda a lei , mas não é só isso a escola é um lugar onde elas aprendem a se expressar onde se tornam críticos. Então é nesse lugar que ela tem espaço também para expor no que está passando, e cabe a nos professores perceber através do comportamento do aluno quando há algo de errado acontecendo.

[...] defendemos que a escola tem papel fundamental na prevenção e na identificação da violência sexual. Acreditamos que o/a professor/a capacitado/a na área da sexualidade e violência sexual conseguirá identificar quando um/a aluno/a está sendo ou já foi vítima de violência sexual e tomar as providência cabíveis, como também, através de uma educação para a sexualidade trabalhar com a prevenção dessa forma de violência. Temos a consciência que a escola não irá solucionar a problemática que permeia a violência sexual, mas que pode ser uma grande aliada nessa questão social. (Vagliati,2015 p.2)

A as crianças e adolescentes passam grande parte de suas vidas nas escolas, por esse motivo, esse espaço consolida-se cada vez mais como referência em termos de vivências, valores e projetos de futuro. Por esse motivo, as escolas tem se configurado como espaços propícios para conscientizar as crianças adolescentes sobre a necessária prevenção em relação aos diferentes tipos de violência que podem sofrer. Porém, nos últimos tempos, as políticas de Estado tem se voltado contra a possibilidade de transformar a escola em um espaço de

discussão e conseqüente despertar de um senso crítico, nas crianças e adolescentes, em relação a violências de gênero.

[...]As mudanças relacionadas às políticas de gênero ficaram reduzidas e ineficazes. Observa-se que as políticas públicas educacionais de gênero desenvolvidas pelo governo federal para a educação básica ou superior direcionam-se mais à redução de ações e financiamentos dos serviços já oferecidos. Quanto à solução dos problemas que afetam diretamente a escola, principalmente as questões de gênero, aspecto importante tanto para a formação de sujeitos livres quanto para a amenização das diferenças em razão da discriminação sexual, o tema permanece, em nosso entendimento, sendo velado ou discriminado nos documentos oficiais do estado. (GRAUPE; BRAGAGNOLLO, 2015.p.43)

Muitos professores se recusam a falar de tais assuntos por não estarem preparados, por ter um pensamento retrogrado ou pelo fato não querer se indispor com certos pais que são totalmente contrários a esse tipo de conversa na escola, assim o que resta são uns poucos docentes que enfrentam tais atitudes e levam para a sala de aula informações tão preciosas que podem mudar a vida dos alunos.

Em consonância com os dados da pesquisa de Borges e Meyer (2008), não havia preocupação formal e institucional com questões de sexualidade na escola. Os temas relativos à sexualidade, gênero e discriminações ficam a cargo do interesse e da boa vontade das professoras que, voluntariamente, se dispõem a tratar o assunto em sala de aula. (BORGES Et al., 2011)

Segundo Vagliati (2015), se os/as professores/as, devido às limitações advindas da influência do processo histórico na sua criação e da ausência de formação, não trabalham com a questão sexual ou se trabalham, restringem à questão biológica da sexualidade; acabam transmitindo aos alunos que o assunto é mesmo um tabu, do qual não se pode falar, e assim os alunos ficam desorientados com relação ao seu corpo sendo que é de extrema importância que a criança e o adolescente conheçam seu corpo para saber se proteger do abuso sexual.

No entanto não basta que a discussão esteja na escola. É preciso saber qual a qualidade do debate que está sendo feito. Outro ponto recorrente na pesquisa diz respeito ao fato de ainda vermos nas escolas as questões referentes à sexualidade sendo apresentadas, quase que exclusivamente, pelas disciplinas biomédicas. Ou seja, a abordagem que predomina ainda é baseada em uma visão biologizante da sexualidade. A discussão sobre a diversidade de orientações sexuais é ainda

marginal ou ausente dentro das escolas (BORGES Et al., 2011 Apud BORGES; MEYER, 2008).

As escolas também devem estar preparadas para atender as vítimas de abuso sexual, cabe aos professores notar o comportamento dos alunos e perceber se esse se encontra alterado, pois é na escola que as crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo.

A baixa notificação nas escolas e nos serviços de saúde pode ser consequência do despreparo dos profissionais em lidar com as situações de violência e os encaminhamentos, seja pelos aspectos culturais que consideram a violência contra crianças e adolescentes como um problema de nível familiar, como pela falta de conhecimento das leis (ECA), quanto pela obrigatoriedade de denúncias dos casos suspeitos.(Costa et al., 2007, p.1137 apud Bezerra SC., 2004 p.17-22)

A falta de denúncias pode partir do pressuposto que os professores não entendem do assunto e por isso não conseguem identificar os casos de abuso , mas também o motivo pode ser outro alguns profissionais não querem se comprometer com a situação e por isso fingem não ver.

O ECA também estabelece tal responsabilidade aos/as profissionais da educação e da saúde, destaque fundamental aos/as professores/as e aos/as médicos/as na comunicação às autoridades competentes, sendo que à omissão incide-se multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (Vagliati,2015 p.4) apud (BRASIL, 1990; FALEIROS; FALEIROS, 2008; LANDINI, 2011).

Assim as escolas devem denunciar toda atitude suspeita para o Conselho Tutelar, para que assim se possam tomar as devidas providencias e fazer os encaminhamentos necessários.

Os docentes devem estar preparados para lidar com os alunos que sofrem esse tipo de situação e trabalhar em conjunto com todo o corpo docente para ajuda-los de alguma forma pois uma simples conversa pode trazer conforto ao coração da criança vitima de violência sexual.

Juizado da Infância e da Juventude também tem um papel muito importante, pois são eles que julgam os casos de abuso sexual e esse julgamento se for errado ou imparcial pode causar problemas à vida da criança ou adolescente afetado.

O Juizado da Infância e da juventude teve como principal função julgar as liminares e medidas judiciais promovidas pelo Ministério Público. Em 67,6% dos casos, as liminares foram deferidas ou parcialmente deferidas. Já no julgamento no juízo de primeiro grau, as medidas foram julgadas como procedentes ou parcialmente procedentes em 78,8% dos casos. A duração do caso no Juizado ultrapassou um ano em 74,1% dos casos.(Habizang Et al., 2006, p.383)

O grande problema do Juizado é a morosidade dos processos e as vítimas nesse período ficam sem o atendimento devido.

Ao longo da investigação dos casos , o Juizado emitiu medidas que visavam à proteção das vítimas. A principal delas foi o mandado de afastamento do agressor do lar (32,1%), embora, muitas vezes, ela não tenha sido cumprida. Em 17,9 % dos casos, as vítimas foram internadas para atendimento psiquiátrico ou psicológico. Foram emitidos mandados de busca e apreensão a vítimas em 17,9 % dos casos. Medidas relativas a possíveis guardiões das vítimas, tanto com pedidos para tutela, adoção ou consentimento da guarda estavam presentes em 28,6% das vezes. (Habigzang et al., 2006, p.383)

Apesar de tudo na maioria dos casos o Juizado tem tomado medidas que ajudam as vítimas e lhes garantem proteção e suporte.

O Ministério Público (MP), também desempenha um papel muito importante, pois é para o MP que o Conselho Tutelar faz seus encaminhamentos quando necessário e isso acontece principalmente nos casos de abuso sexual.

O motivo de encaminhamento do caso ao ministério Público, em 87 dos 94 casos, foi a violência sexual. Outros motivos de encaminhamento identificados nos processos foram: situações de negligência (24,5%), abuso físico e psicológico (17,1%), abandono (4,3%), tentativa ou suspeita de violência (6,4 %), exploração sexual comercial (2,1 %) associadas à questão do abuso sexual. Os principais requerentes do expediente no Ministério Público foram: o Conselho Tutelar em 47,9% dos casos, a mãe em 10,6%, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em 9,6% e o Juizado 9,6%. O Ministério Público, enquanto acompanhou os casos, fez encaminhamentos para diversas instituições, como locais de atendimento a vítimas, hospitais, Vara Criminal, Conselho Tutelar, abrigos e Juizado da Infância e Juventude. (Habizang Et al ., 2006 ,p.382)

Na grande maioria dos casos o MP conseguiu resolver o problema e fez os devidos encaminhamentos.

O primeiro passo para que o problema seja resolvido é a denúncia que muitas vezes demora para acontecer e assim prejudica a vida das vítimas, dessa forma quanto antes acontecer a denúncia melhor e mais providencias podem ser tomadas.

Cabe assinalar que a situação de subnotificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, que costuma estar associada a fatores internos da dinâmica familiar, costuma ser agravada por fatores externos, de responsabilidade social e que podem ser viabilizados por decisões político-administrativas. Entre as estratégias de enfrentamento dessa violência, destacam-se a sensibilização da população em geral, quanto a importância do “Disque Denúncia” e do seu funcionamento burocrático dos conselhos nos municípios. .(Costa Et al., 2007, p.1136)

Segundo Habigzang Et al (2005) é interessante salientar que em 26,6% dos casos não houve quem protegesse a vítima. A principal forma de proteção adotada foi à denúncia

(78,3%) por isso a importância da conscientização e de não ficar calado para isso serve o disque 100.

A principal forma de denúncia da violência contra crianças e adolescentes foi anônima (30,8% do total dos registros), o que sugere alguma participação popular como possível resultado da mobilização da Rede de atendimento, Defesa e Responsabilização do município, na divulgação e desmistificação do “Disque Denúncia”, através de campanhas, compreende-se que o anonimato constitui uma importante estratégia de estímulo à denúncia, tendo em vista a dificuldade e resistência individual e em geral para se envolver com caso, sendo necessário, portanto investimento na sensibilização da comunidade ,através da mídia, assim como na capacitação continuada dos conselheiros e profissionais da rede de atendimento.(Costa Et al.,2007, p.1137)

É muito importante fazer divulgação do disque 100 e de programas de prevenção à violência e ao abuso sexual, porque as pessoas tendo conhecimento também conseguem mesmo que anonimamente fazer as denúncias.

Apesar dos muitos problemas enfrentados, da vergonha e do medo muitas vezes a vítima consegue fazer a denúncia e quando isso ocorre não se pode tampar os ouvidos é bem importante que a vítima seja ouvida e devidamente atendida, pois mesmo não havendo penetração o abuso sexual pode sim ter ocorrido.

Em geral, contatos-oral, digital e genital - ocorrem na genitália externa e na área anal. A não ser que ocorra penetração vaginal, a injúria é limitada à região da vulva e ânus. Quando o perpetrador roça seu pênis na vulva da criança, podem ser evidenciados eritema, edema, lesões e escoriações nos grandes lábios. Achados similares podem ser observados quando o perpetrador manipula digitalmente a vulva ou o introito vaginal sem que ocorra a penetração. (Pfeifer e Salvagni.,2005, p. S200)

Após ser feito um diagnostico correto o próximo passo é se encaminhar a vítima para um atendimento que lhe garanta o tratamento necessário para tratar seus traumas que nesse momento podem ser inúmeros sendo um dos mais graves o psicológico que pode levar a criança e principalmente o adolescente a cometer suicídio.

O acolhimento da criança ou adolescente e de sua dor é o primeiro passo para um bom resultado do tratamento físico e emocional que serão necessários. A escuta de sua história, livre de preconceitos, sem interrupções ou solicitações de detalhes desnecessários para a condução médica do caso, vai demonstrar respeito a quem foi desrespeitado no que tem de mais precioso, que é seu corpo, sua imagem e seu amor-próprio. (Pfeiffer e Salvagni.,2005, p. S201)

Por isso é importante que aconteça o acolhimento da vítima da melhor forma possível para que assim ela se sinta segura e acolhida.

Dessa forma, tanto a vítima, quanto a família necessitam de acompanhamento psicológico para compreender o que é abuso sexual e sua dinâmica, quais são suas consequências e como é possível evitar situações de violência. Além disso, a rede de atendimento desempenha um importante papel de proteção e apoio nos casos de violência sexual (Habigzang et al., 2005 apud Habizang, Koller, Azevedo & Machado, no prelo).

Nos casos de violência e abuso sexual toda a família precisa de um apoio psicológico, para entender e para lidar com as situações de abuso para que assim a família possa proteger e cuidar da vítima.

É importante que a família da vítima entenda o que aconteceu e entenda as consequências disso, pois assim quem sabe poderão evitar que algumas situações desagradáveis aconteçam como a retirada da denúncia que acontece muitas vezes quando abusador ameaça a vítima e a família para que tirem a denúncia.

A retirada da denúncia frequentemente acontece após ameaça do pai abandonar o trabalho e a família que não conta com nenhuma ajuda externa, seja do poder público, seja da comunidade seja de outros parentes. Nesses casos, a violência social se sobrepõe a violência intrafamiliar. Daí a importância do trabalho multidisciplinar que envolva ações integradas de cuidado e atenção à saúde, punição do agressor e proteção às crianças e famílias submetidas a situações de violência e abuso sexual. Para garantir a continuidade do atendimento familiar em geral é necessário que o poder público institua a obrigatoriedade do atendimento incluindo o agressor, como medida socioeducativa – assim como nos casos de punição e afastamento do agressor do domicílio familiar, é necessário dar um amparo legal e material à família. (Araújo.,2002, p.10)

Por isso a importância do apoio psicológico e social onde os órgãos públicos devem dar o suporte necessário a vítima e a sua família para que a família não aceite o abusador de volta só porque ele é o provedor do lar.

As universidades e escolas também devem preparar os profissionais para tratar de temas como a violência e abuso sexual, por isso a importância de se implantar nas grades curriculares temas como gênero e diversidade.

Sugere-se que as instituições formadoras incluam em seus projetos pedagógicos o tema violência naqueles componentes que tratam da assistência materno-infantil, da saúde coletiva e do exercício da enfermagem, de modo a preparar o enfermeiro para o diagnóstico da violência intra e extrafamiliar e capacita-lo para cuidar da criança, do adolescente e de seus familiares, dado que esse tipo de violência requer educação continuada nos três níveis de prevenção: primária, secundária e terciária. (Baptista et al., 2008,p.607)

Não só os enfermeiros mais qualquer outro profissional que lide com vítimas de violência e abuso devem ser capacitados para isso através de cursos extracurriculares e palestras e se o tema for incluso na grade curricular ainda melhor porque ai se torna uma obrigação para o profissional estudar esse assunto que é tão importante para toda a sociedade.

Para que essa capacitação seja bem sucedida, é preciso que se conheça ainda mais a respeito das consequências do abuso sexual da criança. Além disso, sugere-se que o profissional esteja consciente da necessidade de realizar suas intervenções através de uma abordagem compreensiva e contextualizada de cada caso. Deve-se levar em conta a história de vida da criança, o funcionamento familiar, o contexto do abuso e o contexto da revelação, seja para fins terapêuticos ou na coleta de dados para pesquisas. (Amazzaray e Koller.,1998 , p. 14)

Habigzang Et al (2006) através de sua pesquisa nos dá uma alternativa para modificar a realidade vivida por milhares de crianças e adolescentes, antes mesmo que ela aconteça, segundo a autora é necessário criar serviços especializados e capacitar os profissionais que trabalham com essas crianças e também suas famílias .

No plano das políticas públicas, mais especificamente na política de assistência social, a rede socioassistencial constitui-se de ação articulada e integrada entre as diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam nas políticas sociais. Só existe a rede na medida em que ela integra e articula diferentes ações. A rede de atendimento socioassistencial constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção social destinadas aos usuários dos serviços sociais, e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos. (Neves., 2009, p.151)

A rede de atendimento socioassistencial é uma estrutura, em que as assistentes sociais tem um papel muito importante pois elas atendem vitimas de vários tipos de violência que buscam ajuda para mudar sua vida, um lugar onde as crianças e adolescentes violentados recebem abrigo e proteção um lugar onde se buscam alternativas para que a vítima possa voltar a ter uma vida normal após o trauma.

Na estrutura em rede pode-se relacionar pessoas, juntamente às entidades organizacionais, interligar colaboradores de uma mesma organização, ou ainda unir organizações ou entidades diferenciadas. Deste modo é possível checar programas, assim como projetos semelhantes e trabalhar o diferencial dos mesmos, redimensionando-os em função dos usuários dos serviços sociais, evitando a sobreposição de ações e, sobretudo, vislumbrando o significativo aumento de recursos financeiros, humanos e materiais direcionados em benefício das ações existentes e dos objetivos pretendidos. (Neves., 2009, p.156)

Uma rede de apoio não é apenas um órgão de apoio e proteção as crianças e adolescentes, mas a junção de várias entidades que lutam por uma mesma causa, nesse caso lutam para proteger as crianças e adolescentes de qualquer tipo de violência.

É importante que as redes de apoio estejam prontas para receber as vítimas a fim de que quando chegar uma pessoa necessitando de cuidados especiais seja atendida prontamente e não dispensada, pois nessa situação a vítima se sente desamparada e muitas vezes até desiste da denúncia.

O cidadão, sujeito de direitos, que chega para ser atendido em uma situação de vulnerabilidade social, via de regra, apresenta um conjunto variado de necessidades sociais.

Este conjunto ou é desconsiderado, em uma negação do tipo “aqui a gente não atende isso” ou se desqualifica esse o usuário dos serviços sociais – sujeito de direitos – com uma fala mais ou menos assim “você já está recebendo isso que é bem melhor do que nada”.

Observa-se, portanto que se faz indispensável a coerência e a compatibilidade entre os meios, instrumentos e seus respectivos campos de aplicação. Isto significa que o esboço desse atendimento em rede deverá levar em conta as limitações, as possibilidades estruturais e institucionais das conjunturas nos diferentes níveis ou esferas de programas que constituem projetos federais, estaduais ou municipais, tendo como objetivo maior a qualidade do atendimento prestado ao usuário dos serviços sociais e a despersonalização das ações dos profissionais envolvidos, passando-as ao patamar da institucionalização pois, só assim, efetiva-se os direitos sociais dos usuários, entendendo esse usuário como sujeito de direitos inteiro ou seja, ele não é pontual, fragmentado e separado em partes. Isto quer dizer que, as necessidades sociais do usuário não existem segmentadas, separadas. (Neves., 2009, p.158-159)

A criança que sofre violência sexual busca diversas alternativas para mudar sua realidade e as vezes o caminho que a vítima encontra com mais facilidade em meio a tanta dor e sofrimento é a denúncia anônima através do disque denúncia. O disque denúncia fará o encaminhamento da vítima aos órgãos de proteção a criança e ao adolescente se a denúncia chega ao Conselho Tutelar esse faz o encaminhamento ao MP, trata da criança de acordo com suas necessidades faz o encaminhamento ao CREAS e este por sua vez ao PAEFI, e se necessário o Conselho Tutelar também encaminha a vítima para um abrigo formando assim uma rede de proteção em torno da vítima.

No CREAS são ofertados serviços de atendimento, orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias que encontram-se em situação de ameaça e/ou violação de direitos, podendo ser eles: violência sexual, física e psicológica; negligência; abandono; trabalho infantil; atendimento ao idoso; situação de rua; cumprimento de medida sócio educativa em meio aberto: Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida (PNAS 2004). (SOUZA ., 2016 ,p.16)

O CREAS desempenha um importante papel no que diz respeito às crianças e aos adolescentes violentados sexualmente, pois é no CREAS que alguns importantes serviços de proteção a vítima são ofertados.

Em relação a demanda espontânea, atualmente, os serviços disponíveis no CREAS organizaram-se através de planilha com escala para atendimento: O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa, de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (SEPREDI). O serviço identificado na escala é responsável por atender a demanda espontânea e realizar os encaminhamentos e/ou orientações necessárias. (SOUZA.,2016 , p.38)

O CREAS tem uma organização através se planilhas a fim de atender toda a demanda e organizar os serviços de acordo com o que cada pessoa que procura ajuda precisa , pois ali não são atendidas apenas vítimas de violência sexual , mas também outros problemas familiares e sociais.

Acrescentando ainda os eixos norteadores do trabalho desenvolvido pelo CREAS: Atenção especializada e qualificação do atendimento; Território e localização do CREAS; Acesso a direitos socioassistenciais; Centralidade na família; Mobilização e participação social e finalmente trabalho em rede (Brasil, Caderno de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2011). (SOUZA.,2016 ,p.20)

O PAEFI, por exemplo, é um importante órgão dentro do CREAS que atende as vítimas de abuso sexual enviadas pelo Conselho Tutelar.

Deste modo, o PAEFI, é um serviço público operacionalizado pelo CREAS, e no Município de Florianópolis atende as denúncias encaminhadas pelos Conselhos Tutelares e/ou a Vara da Infância e Juventude referente a violações de direitos (por ocorrência de violência e/ou exploração sexual, violência física, psicológica ou negligência e outros) envolvendo crianças e/ou adolescentes (e suas famílias). Ressalta-se que o CREAS é “porta aberta”, ou seja, qualquer indivíduo ou família que esteja exposto a violações de direitos pode procurar no CREAS atendimento que será acolhido (através de escala entre os serviços) e receberá orientações em relação a situação.(SOUZA., 2016 p.20-21)

O atendimento do PAEFI começa a partir do momento em que o encaminhamento e enviado e se pode perceber a violência através de uma triagem feita com os documentos encaminhados.

A solicitação de encaminhamento ao Serviço PAEFI é composta por relatório e ofício (elaborado pela instituição que encaminha ao Serviço PAEFI) que gerou o encaminhamento, geralmente identificando a violência e quais indivíduo (os) que

estão ou foram expostos a violência e dados para contato com a família. Desta forma após receber os casos, a Coordenação do Serviço PAEFI realiza a triagem (leitura dos encaminhamentos) e direciona para os (as) profissionais iniciarem o acompanhamento com as famílias. (SOUZA.2016,p.39)

É importante salientar que o PAEFI não atente somente as vítimas mas faz também um bom trabalho com as famílias para que todos possam entender o que ocorreu e saber melhor lidar com a vítima que nesse momento esta lidando com um grande trauma.

Infelizmente o que vemos é que o agressor dificilmente sai da casa e a vítima além de ser violentada ainda tem que se afastar de sua família, o que é uma grande injustiça, porque enquanto o agressor continua tendo uma vida normal a vítima tem que se adaptar a um abrigo e sofre longe de sua família, claro que em alguns casos quando se consegue provar o agressor é preso e a vítima pode ficar na “segurança de seu lar”.

4. Considerações finais

No decorrer deste trabalho, pude engrandecer ricamente meu conhecimento sobre abuso sexual e isso foi de extrema importância para minha formação acadêmica.

Concluindo pode-se perceber as muitas ações e redes de proteção e cuidado para as vítimas de abuso sexual que atuam diariamente para dar apoio as crianças e adolescentes porque infelizmente a violência sexual ainda acontece com muita frequência vitimando milhares de crianças em todo o mundo.

Posso afirmar porque é oriundo dos textos que muitas famílias não estão preparadas para lidar, com tamanha violência outras famílias tem medo e vergonha de enxergar o que está acontecendo bem embaixo do seu nariz, mas para mim o pior de tudo é que algumas famílias consideram normal o ato da violência e isso acontece porque eles consideram que o “homem da casa” é que manda em tudo inclusive na sexualidade dos filhos e netos.

O mais preocupante é que segundo pesquisas o maior índice de abuso sexual é dentro de casa praticado por alguém da família e nesse caso o pai é quem lidera as pesquisas ou seja o abuso sexual quase sempre vem de uma pessoa em que a criança confia e espera carinho e proteção.

O Estado tem um papel muito importante, pois é o Estado que cria as leis de proteção para crianças e adolescentes, também é ele quem financia o funcionamento das instituições e nesse quesito ainda ocorre falhas porque por várias vezes os jornais mostraram instituições quase fechando por não ter dinheiro para se manter, e por essa falta de compromisso muitas instituições acabam não tendo estrutura para dar o suporte necessário as vítimas.

Nas escolas acontecem poucos cursos de capacitação para os profissionais que lidam com esses problemas, pois muitos professores se deparam com situações de alunos abusados sexualmente e não sabem o que fazer para dar apoio a vítima, claro que não só os professores devem estar capacitados mas todo o corpo docente, de modo que a escola possa dar o amparo necessário aos seus alunos.

As redes de proteção são as instituições que atendem as crianças e adolescentes vítimas de abuso, e se chamam redes de proteção porque juntas formam uma teia para proteger as crianças e adolescentes de todo o tipo de violência e maus tratos.

O Conselho Tutelar atende as vítimas não só dentro da instituição, mas também busca acompanhá-las em todo o seu dia a dia ou seja atua em conjunto com as escolas e se acionado o disk denuncia vai de encontro a vítima em sua casa, ou onde o menor estiver.

O ECA que cria leis de proteção para as crianças adolescentes proporcionando a elas melhores condições de vida.

A equipe medica que atua em hospitais, clinicas e postos de saúde devem estar sempre prontos para lidar com pessoas vítimas de abuso sexual pois são capacitados para isso, cada vez mais as universidades vem trazendo em suas grades curriculares temas de relacionados a proteção de crianças e adolescentes abusados sexualmente ensinando como agir nessa situação.

Outro órgão de extrema importância é o Juizado da Infância e da Juventude, pois são eles que julgam os casos de abuso sexual de menor, são eles que nos tribunais protegem nossas crianças dos agressores.

O MP atua na garantia do direito das vítimas que muitas vezes são encaminhadas através do Conselho Tutelar .

Além desses órgãos de proteção existem outros dois igualmente importantes que são o CREAS E O PAEFI , que atendem diretamente as vítimas de abuso sexual, e suas famílias e fazem o devido acolhimento e proteção.

Mas ainda há um longo caminho se a percorrer no que se diz respeito a proteção e cuidados com as vítimas de abuso sexual ,por isso minha proposta é que se crie uma rede de prevenção ao abuso sexual, onde se façam trabalhos de conscientização nas escolas e na comunidade, onde as crianças, adolescentes e seus pais poderiam participar ativamente, tirar suas duvidas e entender o que é o abuso sexual e se prevenir e se proteger para que não aconteça, e uma das formas é fazer com que a criança possa através das palestras virem a conhecer seu corpo e entenda que não deve ser tocada sexualmente , é abuso sexual, se a criança souber disso saberá lidar quando alguma situação de abuso lhe ocorrer e na minha opinião esse seria um grande passo para se não acabar mas diminuir o número de crianças e adolescentes que abusadas sexualmente todos os dias.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.11, n.3, 1998.
- ARAÚJO, Maria de Fatima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, n.2, p. 3-11, jul./dez.2005.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar : é possível proteger a criança?. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n.5 , p.01-19, novembro, 2006.
- BAPTISTA, Rosilene Santos. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. **Acta Paul Enferm**, v.21, n.4, p.602-608, Julho.2008.
- BURKE, Peter. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BORGES, Zulmira Newlands; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; OHLWEILER, Mariane Inês and BULSING, Muriel. **Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil)**. Disponível in: COSTA, Maria Conceição Oliveira et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros de conselhos tutelares : vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, n.5, p1129-1141.2007.
- BRASIL. Portaria nº 528, de 1º de Abril de 2013.
- GRAUPE, Mareli; BRAGAGNOLLO, Regine. **As Diferenças de Gênero no Espaço Escolar**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015.
- HABIGZANG, Luísa F et al. Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.21, n.3, p.341-348, set./dez.2005.
- HABIGZANG, Luísa F et al. Fatores de risco e proteção na Rede de atendimento z Crianças e adolescentes Vítimas de Violência Sexual. **Psicologia : Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.19, n .3, p.379-386, 2006.
- NEVES, Marília Nogueira. Rede de Atendimento Social: Uma ação Possível? **Revista da Católica**, Uberlândia, v.1, n.1, p.147-165, 2009.
- PFEIFFER, Lucy; SALVAGNI, Edila Pizzolato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.81, n.5, p. S197-S204.2005.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)**
Plano de Comunicação - 2008/2009 In:
http://www.dhnet.org.br/educar/comitern/pnedh_plano_comunicacao_final.htm.
- SOUZA, Joelma Broering. **Convidando as famílias a conhecer o PAEFI/ILHA: uma proposta de trabalho em grupo**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, p.94.
- VAGLIATI, Ana Carla. O professor como agente na prevenção e na identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes .In: Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismo , Identidades de Gênero e Políticas públicas. IV, 2015.p .01-15